

À Assessoria da Direção-Geral,

Com fulcro no previsto no Parágrafo único do Art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, venho solicitar a essa AJDG, mui respeitosamente, que se pronuncie acerca de fatos alegados por licitante em momento ulterior à abertura do Pregão Eletrônico nº 15/2023 (PAE 1139/2023).

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

(...)

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Dos Fatos

Licitante encaminhou e-mail (fls. 262-265) a este Pregoeiro alegando, em síntese divergências quanto a modelo indicado no item 16 do Termo de Referência (FABRICANTE MIDEA MODELO sugerido 42TFQA30CS/38TFQA30S5) que sequer atende a especificação contida no próprio Edital quanto à exigência do compressor ser INVERTER (fls. 263-264), comprovando tal afirmação com envio de catálogo do fabricante do mencionado equipamento de referência (fls. 271-273).

Diante de tal afirmação, este Pregoeiro encaminhou o e-mail (fls. 266-270) para a SENGE apresentar análise quanto ao alegado, que nos foi respondido às fls. 258-261.

Da Análise

Em que pese o alegado por aquela Seção técnica, temos a discordar em alguns pontos:

1) Quanto ao Edital não ter sofrido impugnações em especial quanto ao previsto no subitem 3.9 do Termo de Referência: Este Pregoeiro entende que a ausência ou silêncio dos licitantes quanto ao Edital não implica a legalidade ou ilegalidade do mesmo.

Por oportuno, em havendo algum indício de ilegalidade ou exigência que frustre ou dificulte a ampla participação dos possíveis interessados, DEVE a Administração, a QUALQUER TEMPO, rever seus atos que não observem a legalidade ou demais princípios da licitação pública.

2) Quanto a exigência do Laudo previsto no subitem 3.9 do Termo de Referência ser cabível e estar de acordo com a jurisprudência do TCU: Este Pregoeiro entende que o subitem em questão está com previsões “vagas” baseadas na situação concreta daquele julgado (Acórdão nº 2300/2007 do Plenário do TCU) visto que exigências de demonstração de “desempenho”, “qualidade” e “produtividade” são subjetivos/vagos, o que contraria normas legais, senão vejamos o Art. 2º do Decreto nº 10.024/2019:

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do **julgamento objetivo, da razoabilidade**, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.*

Portanto, sugerir a desclassificação ou exigir prontamente o laudo previsto no subitem 3.9 sem sequer analisar o catálogo ou informar do que se quer comparar entre o MODELO/MARCA de referência parece carecer de objetividade ou razoabilidade.

3) Quanto ao reconhecimento que de fato o aparelho apontado no Edital como marca/modelo de referência (FABRICANTE MIDEA MODELO sugerido 42TFQA30CS/38TFQA30S5) não atenderia exigência do próprio Edital: Este Pregoeiro entende que ao consignar no Edital um equipamento que não atende ao exigido no próprio Edital deixa de observar princípios como a vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, posto que, caso esse equipamento fosse ofertado por alguma Empresa, teríamos que aceitá-lo mesmo ele não atendendo à exigência contida no Edital pois não possui a tecnologia INVERTER.

Ademais, quando se fez a pesquisa de preços para compor nosso valor estimado, se levou em consideração equipamento que não atende ao especificado no Edital, razão pela qual o valor estimado apresenta desvio ou inconsistência que deveria ser evitada.

4) Quanto ao informado de que as marcas/modelo de referência “explicitariam” necessidades tais como distâncias superiores a 30 metros (vinte metros) e alturas superiores a 10 metros: Este Pregoeiro entende que uma licitação tem como condição *sine qua non* a definição clara, objetiva, destalhada e pormenorizada do objeto e não especificações indiretas como se fosse possível especificar uma exigência apenas por citar que esse ou aquele equipamento tem a característica que a Administração deseja adquirir.

Senão vejamos o que dispõe as Leis nº 8.666/1993 e a 10.520/2002:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
(...)

*VII - critério para julgamento, **com disposições claras e parâmetros objetivos**;*

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

*a) a **definição precisa, suficiente e clara do objeto**;*

Em sendo assim, entendo que a especificação do(s) item(ns), pelo que se depreende do que consta no Edital, do alegado no e-mail pelo licitante, bem como pela análise apresentada pela SENGE, carece de detalhamento nas especificações e critério objetivo de julgamento, posto que, complementa exigências contidas expressamente no Edital (como as previstas no subitem 3.1 do Termo de Referência) com a indicação de marcas/modelos de referência de onde se deve(ria) inferir que tal equipamento deve “suportar” distâncias superiores a X metros entre a condensadora e a evaporadora ou Y metros de altura.

Da Solicitação

Por todo o exposto, solicito que essa Assessoria analise o caso concreto e verifique se:

1) As presentes exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico 15/2023 (com indicação de marca/modelo de equipamento para complementar critérios técnicos) estaria de acordo com os princípios norteadores da licitação pública;

2) A indicação de marca/modelo de referência que não atende ao próprio exigido no Edital poderia ser desconsiderada sem macular o certame;

3) O critério exigido no subitem 3.9 do Termo de Referência em que prevê a apresentação de laudo que comprove o desempenho, qualidade e produtividade equivalentes à marca de referência não estaria, *in casu*, “vago” por não estabelecer quais são exatamente os critérios objetivos de comparação.

Por oportuno, caso a Administração não vislumbre irregularidades nos três pontos acima questionados e decidindo pela continuidade do certame, sugiro que solicite que o setor demandante ou integrante técnico demonstre que nos demais itens do certame as marcas/modelos indicados de fato contemplam o exigido no Edital visto que, conforme demonstrado no item 16, umas das marcas/modelos de referência indicados não atendem à exigência de ser INVERTER.

Respeitosamente,

Manoel Nazareno Fernandes Filho
Pregoeiro